

O Instituto Vacinogênico de São Paulo – Uma instituição de saúde pública no bairro do Cambuci (1894-1924)

The Vacinogênico Institute of São Paulo – A public health institution in the Cambuci (1894-1924)

Maria Amélia M. Dantes¹

1. Professora Sênior, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Resumo

O objetivo deste texto é analisar a atuação do Instituto Vacinogênico de São Paulo no período em que funcionou na rua Pires da Mota 35, no bairro do Cambuci. Nestes anos iniciais do período republicano, o governo paulista investiu na produção de vacinas e na vacinação como forma de combater a varíola, doença que atingia o estado. Para a produção das vacinas foi construído um prédio que seguia as normas de higiene estabelecidas internacionalmente, em região de recente urbanização na cidade de São Paulo. O Instituto Vacinogênico funcionou neste prédio até 1924, quando foi transferido para o Instituto Soroterápico do Butantan.

Palavras-chave

Instituto Soroterápico de São Paulo; Período Republicano; vacina antivariólica.

Abstract

The objective of this text is to analyze the performance of the Vacinogênico Institute of São Paulo in the period in which they worked in the Pires da Mota 35 street, in the neighborhood of Cambuci. In these early years of the Republican period, the São Paulo State Government invested in the production of vaccines and vaccination as a way of fighting smallpox, the disease state. For the production of vaccines was built a building that followed the rules of hygiene established internationally in recent urbanization region in the city of São Paulo. The Vacinogênico Institute worked in this building until 1924, when it was transferred to the Soroterápico Institute of the Butantan.

Keywords

Soroterápico Institute of the Butantan; Republican period; antivariolítica vaccine.

Introdução

De 1894 a 1924 funcionou na Rua Pires da Motta 35, esquina com a rua Mazzei, no bairro então denominado Cambuci, o Instituto Vacinogênico de São Paulo, órgão do Serviço Sanitário que tinha como função produzir vacinas antivariolíticas para distribuição nas várias regiões do Estado. A varíola, até as primeiras décadas do século XX, era uma doença bastante temida que, de tempos em tempos, ocorria de forma epidêmica, provocando grande mortalidade. No entanto, a produção de vacinas antivariolíticas e as práticas da vacinação e revacinação eram conhecidas e estavam bastante difundidas mundialmente desde o início do século XIX. Podemos dizer que a varíola foi a primeira doença contagiosa cujo combate contou com uma vacina, método preventivo que se disseminou no final do século XIX, com o estabelecimento das teorias e práticas microbiológicas.

A vacinação jenneriana chegou rapidamente ao Brasil, começando a ser utilizada nos primeiros anos do século XIX e sua utilização foi corrente nas várias regiões do território brasileiro por todo o século. Ainda no final do Império foram incorporadas novas técnicas de produção e difusão das vacinas. Em São Paulo, foi no

2. Tania Fernandes lembra de métodos mais antigos, como a "variolição", que consistia na inoculação de material colhido de um doente com um tipo benigno de varíola, em pessoas sadias, mas constatou-se que nem sempre funcionava como método preventivo a tipos agressivos da doença. Já o método testado e difundido por Jenner consistia na inoculação de humanos com material da pústula de vacas atingidas pela *cow-pox* (Fernandes, 1999).

3. Pelo sistema braço a braço, a linfa ou pus vacínico, era retirada das pessoas vacinadas e utilizada em novas vacinações. Esta forma de vacinação, depois chamada "vacina humanizada" era a única utilizada até meados do século XIX (Fernandes, 1999).

4. A principal crítica ao uso da vacina humanizada era a possibilidade de transmissão de doenças que atacavam os humanos, como a sífilis (Fernandes, 1999).

período republicano que o combate à varíola passou a ser uma das prioridades do governo estadual e a produção de vacinas antivariolíticas e as campanhas de vacinação ganharam força. Vejamos mais detalhadamente como foi este processo.

1. A difusão da vacina antivariólica no Brasil do século XIX

1.1. A varíola e a vacina jenneriana

A vacina contra a varíola começou a ser conhecida e utilizada nos países europeus no final do século XVIII, a partir dos trabalhos do médico inglês Edward Jenner. Segundo estudiosos, Jenner fez experimentos por meio da observação de trabalhadores que lidavam com vacas afetadas pela *cow-pox*, um tipo de varíola que atacava as vacas, apresentavam feridas em suas mãos e não eram afetados pela varíola humana². O método desenvolvido por Jenner consistia na inoculação de humanos com material retirado das pústulas de vacas afetadas pela *cow-pox* e que, se bem sucedida, levava a erupções locais e à imunização em relação à varíola humana, *small pox*. A distribuição da linfa, ou vacina jenneriana, era feita pelo sistema braço a braço³. Durante o século XIX, a produção e distribuição de vacina antivariolíticas passou por transformações, e a partir dos anos 1840 começou a ser produzida pela inoculação e retirada diretamente de vitelos⁴. Neste sistema, a linfa para inoculação do homem era retirada de vitelos especialmente preparados (vacinados). Tania Fernandes coloca como marco na difusão desta nova prática o Congresso Médico de Lyon, realizado em 1864, quando médicos italianos apresentaram seus trabalhos (Fernandes, 1999, p.20). Esta nova vacina, passou a ser conhecida como "vacina animal".

1.2. A difusão da vacina antivariólica no Brasil

Já no início do século XIX, a vacina jenneriana começou a ser utilizada no combate à varíola, doença muito presente no território brasileiro desde o período colonial. Há registros de sua utilização em São Paulo desde 1803 (Camargo, 2003).

5. O registro da prática de vacinação consta dos relatórios dos presidentes das províncias brasileiras durante o período imperial.

6. Fernandes (1999, p.40) informa que Pedro Afonso fez, durante anos, várias tentativas de implantação de um serviço continuado de produção de vacina animal, sem sucesso. O que mostra as dificuldades que, então, cercavam o processo. Já a glicerina era adicionada à vacina para melhorar sua conservação. Sobre a origem francesa da vacina utilizada por Pedro Afonso, ver Medeiros, 1918.

Durante o século XIX, foram criados vários organismos responsáveis pela vacinação, o primeiro deles, a Junta Vacínica da Corte de 1811, criada logo após a transferência da corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro. Há registros de que a prática da vacinação foi mantida ininterruptamente, nas várias regiões do território brasileiro, durante todo o século XIX, mesmo com as mudanças implementadas nas políticas de saúde⁵. Na segunda metade do século, com a proliferação de epidemias, as questões de saúde passaram a ser de responsabilidade da Junta Central de Higiene Pública, criada pelo governo imperial em 1851. Por fim, a última reforma implementada pelo governo imperial criou, em 1886, a Inspetoria Geral de Higiene da Corte e as inspetorias provinciais, que passaram a ser responsáveis pelas questões da saúde e, em especial, pela implementação da vacinação (Fernandes, 1999).

Em 1887, ou seja, nos anos finais do período imperial, a vacina animal começou a ser produzida de forma mais continuada no Brasil, pelo médico Barão de Pedro Afonso, em seu laboratório na cidade do Rio de Janeiro. Neste ano, o médico conseguiu obter a reprodução da vacina animal em vitelos inoculados com polpa vacínica glicerinada, importada do Instituto Chambon de Paris⁶. Em 1888, o governo adotou oficialmente o uso da vacina animal e o laboratório de Pedro Afonso passou a ser subvencionado, ficando responsável pela vacinação e pela produção e distribuição de vacinas em placas e tubos. Também passou a formar profissionais interessados na produção de vacinas e a enviar comissários e vitelos vacinados para as várias regiões do território brasileiro, para ensinar as técnicas da vacinação e da cultura de vacina animal. Em 1892, já no período republicano, o laboratório foi transferido para a esfera municipal do Rio de Janeiro. Como veremos, este foi o referencial utilizado pelo Instituto Vacinogênico de São Paulo para a produção de vacinas antivariolísticas.

7. Informações contidas no artigo "Retrospecto histórico", editado pela revista *Arquivos de Higiene e Saúde Pública*, ano V, 1940, p.318. Sobre a presença da varíola em São Paulo, ver Mascarenhas, 1949.

8. Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920) é mais conhecido por sua atuação como primeiro diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, criada em 1913. Contudo, foi um médico muito atuante, atuou como diretor clínico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, foi presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia e da Sociedade Eugênica de São Paulo e ocupou outros cargos. Como veremos teve atuação destacada na implantação da produção de vacina antivariólica em São Paulo.

9. Sobre as políticas de saúde pública dos governos paulistas da Primeira República, ver Ribeiro, 1993 e Telarolli Jr., 1996.

2. O serviço sanitário de São Paulo, a vacinação e a produção de vacinas antivariólicas

2.1. A produção de vacinas e a vacinação em São Paulo no final do período imperial

No final do período imperial, a vacinação era a ação mais importante da Inspetoria de Higiene Paulista, pois a varíola estava muito presente na província. A inspetoria local contava com um Instituto Vacinogênico, responsável pela vacinação na capital e pela distribuição da linfa vacínica para outras localidades. Eram usadas tanto a vacina animal, diretamente tirada de novilhos, como a vacinação braço a braço, de tipo mais antigo⁷. O serviço era de responsabilidade do inspetor sanitário, o médico Marcos Arruda, e de médicos auxiliares.

Nos meses finais do Império, novos atores entraram em cena e, nos primeiros anos do período republicano, continuaram tendo destaque nas ações relacionadas aos serviços de saúde e à produção de vacinas. Em 21 de agosto de 1889, o médico Sérgio de Paiva Meira foi nomeado para o cargo de inspetor de higiene e o médico recém formado Arnaldo Vieira de Carvalho⁸, que fazia parte da equipe de Meira, foi enviado para um estágio no instituto dirigido por Pedro Affonso no Rio de Janeiro, a fim de ser introduzido nas práticas da cultura da vacina. Segundo Medeiros, "lá esteve uns quinze dias e trouxe consigo um vitelo vacinado, que foi o início do serviço atual" (Medeiros, 1918, p.14). Contudo, foi no período republicano que a produção de vacinas antivariólicas em São Paulo se estabeleceu de forma mais efetiva.

2.2. O Serviço Sanitário Paulista e a questão da vacinação

Após a instauração da República, o governo estadual paulista colocou a saúde pública como uma de suas prioridades administrativas⁹. As questões de saúde estavam muito presentes nas falas de governantes, que tratavam da situação sanitária das principais cidades do estado, a Capital, Campinas e, em especial Santos, principal porto exportador de café e sede de constantes epidemias. A febre amarela e a varíola eram as enfermidades

que mais preocupavam as autoridades. Segundo Maria Alice Ribeiro, as políticas de saúde pública paulistas iam de encontro às demandas do processo de formação de um mercado de mão de obra livre, em especial, às medidas de atração de trabalhadores imigrantes para as plantações de café (Ribeiro, 1993).

Até 1891, o órgão responsável pelos serviços de saúde em São Paulo era a Inspetoria de Higiene, criada nos anos finais do Império e que continuava vinculada à Inspetoria Central do Rio de Janeiro. No final de 1891, os serviços de saúde foram descentralizados, passando a ser de responsabilidade dos governos estaduais. Sérgio Meira continuou ocupando o cargo de inspetor e Arnaldo Vieira de Carvalho foi nomeado médico vacinador, responsável pela produção e distribuição de vacinas e pela vacinação.

Ainda em 1891, a Lei nº 13, de 7 de novembro, mostra que o combate à varíola era uma das prioridades dos governantes paulistas. Essa lei tornou obrigatória a vacinação e a revacinação contra a varíola em todo o Estado, instituindo multas para os infratores, em localidades que tivessem postos vacínicos.

No entanto, uma mudança mais marcante nos serviços de saúde só ocorreria em 1892, quando foi criado, pela Lei nº 43 de 18 de julho, o Serviço Sanitário do Estado, organismo responsável pela orientação do governo em assuntos de higiene e salubridade, pelos projetos de melhoramento da saúde pública, mas também pela execução do regulamento sanitário. Para a implementação das atividades, a Diretoria do Serviço contava com os seguintes laboratórios: vacinogênico, bacteriológico, farmacêutico e de análises químicas, além de serviços de inspeção sanitária e hospital de isolamento. Sérgio Meira passava a ser diretor do Serviço Sanitário. Apesar da permanência dos quadros, a grande novidade da nova repartição era a criação de instituições científicas que atuavam nas várias atividades do serviço de saúde.

Quanto à produção de vacinas antivariolísticas, decretos editados já em agosto de 1892 deram seguimento à montagem do novo Instituto Vacinogênico. Os decretos deixam claro que a escolha dos governantes paulistas recaía para a produção e distribuição de vacina animal, seguindo os padrões mais modernos também utilizados pelo governo federal. O Decreto nº 92, de 20 de agosto

de 1892, criou o Instituto Vacinogênico como "um serviço para a produção e distribuição de vacina animal", tendo como finalidade "fornecer, a todo o tempo e em quantidade indeterminada, vírus vacínico às administrações, aos médicos e mesmo a particulares". O decreto também estabelecia que o Instituto funcionaria em "lugar e edifício especiais" e afirmava que no Instituto Vacinogênico se procederia "às experiências necessárias ao melhoramento dos processos de cultura, preparação e conservação do vírus vacínico". Ainda constava da lei a equipe que comporia o Instituto: diretor, adjunto preparador, médico veterinário, escriturário e empregados subalternos.

No mesmo dia foi editado o Decreto nº 95 que destinava crédito de 70 mil réis para a montagem e custeio do Instituto Vacinogênico, explicitando que 50 mil seriam para aquisição do terreno e construção do edifício apropriado para o Instituto. A verba restante era destinada a pagamento de pessoal e outras despesas para a montagem da instituição.

Por fim, o Decreto n. 96, também de 20 de agosto de 1892, declarava de utilidade pública o terreno sito à rua Pires da Motta, esquina da rua Mazzini no bairro do Cambuci, para ser desapropriado, para ali ser estabelecido o Instituto Vacinogênico. No parágrafo 1º do decreto, aparece que o terreno pertencia ao Banco União e sua área era de 3.122 metros quadrados.

Foram nomeados pelo Governo do Estado para atuar no Instituto Vacinogênico: o Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor e o Dr. Alfredo Augusto C. Medeiros, ajudante preparador. Também foi nomeado um escriturário.

Vejamos a seguir como foi a organização e a atuação do Instituto Vacinogênico de São Paulo de 1894 a 1917, quando deixou de ser uma instituição autônoma, sendo anexado ao Instituto Bacteriológico e por fim, em 1925, incorporado ao Instituto Soroterápico do Butantan.

3. O Instituto Vacinogênico de São Paulo em ação: da sede provisória ao prédio especial da rua Pires da Mota

3.1. As normas técnicas para a produção da vacina antivariólica no final do século XIX

Segundo Tânia Fernandes, que analisou a atuação do Barão de Pedro Afonso na produção de vacina antivariólica do tipo "vacina animal", os principais problemas técnicos que tinham que ser enfrentados eram: o controle da presença de microorganismos estranhos que pudessem interferir na ação do imunoterápico, e o controle da virulência da vacina. Para tal, os laboratórios de produção de vacinas deviam ser especialmente construídos para a produção de vacinas afim de que tivessem padrões rígidos de higiene (Fernandes, 1999, p.23-25).

Em São Paulo, como vimos, a criação do Instituto Vacinogênico, em agosto de 1892, foi acompanhada do projeto de construção de um prédio especialmente planejado para sua atuação. No entanto, o novo instituto só começou a funcionar em 1894. Até então, o Instituto teve instalações provisórias, tendo sido alugado um imóvel, adaptado para suas funções. Segundo o diretor, Vieira de Carvalho, as instalações eram precárias e a instituição "um arremedo de instituto vacinogênico", pois:

um instituto vacinogênico é estabelecimento especialíssimo e por esse motivo não se acomoda em casa que não seja expressamente feita para esse fim. Além das indicações gerais de higiene são necessárias algumas outras que permitam asseio quase ideal, de forma que seja possível obter-se assepsia absoluta não obstante os múltiplos e variados meios de infecção que lá penetram como soem ser os vitelos (RSNI, 1892).

Esta preocupação com as condições especiais de higiene que deveriam cercar a produção de vacinas jennerianas esteve sempre muito presente nos relatórios escritos por Arnaldo. Em seu relatório de 1893, quando a construção da nova sede do Instituto Vacinogênico ainda não estava concluída, o diretor elenca as normas então seguidas. Desde a escolha dos vitelos, que deveriam ser

de preferência jovens, bem cuidados e saudáveis, em especial, livres da tuberculose. Também apresenta os cuidados com os animais, os preparativos de higiene e o processo de inoculação. Cita as fases da colheita e trituração da polpa, com adição de glicé- rina para purificação e conservação da linfa, prática que era usada nos vários países desde 1886. No final do relatório, detém-se mais longamente nas caracte- rísticas que o produto deveria ter ao fim do processo:

A polpa, em consequência desses cuidados, deve ser tão asséptica, tão isenta de outros micro-organismos que, semeada em placas de gelatina, não dê origem ao desenvolvimento de colônia alguma de micróbios; porque o único organismo da vacina, único que nela deve existir, não se desenvolve no meio de cultura referida. E a vacina que exportamos está nessas condições, porque sempre que tentamos essa experiência tivemos ocasião de o verificar (RSNI 1893, p.189).

Como veremos, o novo prédio da Rua Pires da Mota foi construído de formas a corresponder às várias demandas da produção da vacina.

3.2. O projeto do novo Instituto Vacinogênico de São Paulo

Para acompanhar o processo de construção do novo prédio do Instituto Vacinogênico de São Paulo, vamos utilizar dois textos. Primeiro, o relatório de Cesário da Mota em 1893, quando dirigia a Secretaria Estadual de Negócios do Interior e declara que o governo havia nomeado uma comissão para escolher o local apropriado e o projeto de um edifício destinado unicamente para o Instituto. Constam também deste relatório cópias das plantas do novo prédio em construção, onde fica evi- dente que o projeto havia sido do Escritório Técnico do Banco União e que a execução seria da Superintendência de Obras Públicas (Imagem 1). Já Alfredo Medeiros, em seu texto de 1918, além de fazer uma descrição detalhada do Instituto, indica que foi seu diretor, Arnaldo Vieira de Carvalho, que definiu as normas a serem seguidas para a construção, segundo ele, normas "perfeitamente cientí- ficas" que teriam sido responsáveis pelos bons resultados

10.

A estrada do Araçá é a atual Av. Dr. Arnaldo, e a estrada de Pinheiros, a atual Av. Rebouças. Trata-se assim do terreno que atualmente sedia várias instituições da área da saúde.

11.

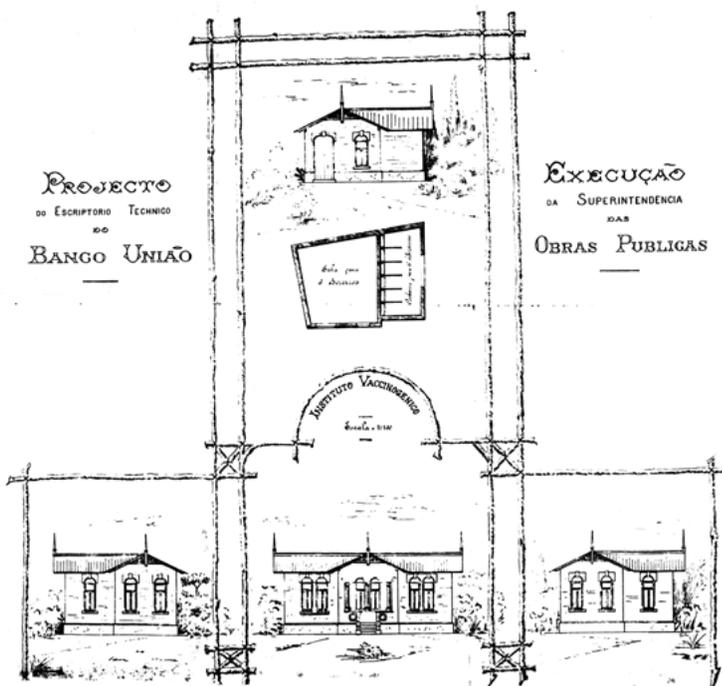
Livro biográfico informa que Carlos Botelho comprou o terreno em 1884, próximo da estrada para Santos e das chácaras do Cambuci. Aí montou o "Jardim da Aclimação", seguindo modelo do jardim parisiense, com zoológico, área para lazer da população e uma granja leiteira. O jardim funcionou até 1932, quando foi desapropriado pela Prefeitura de São Paulo (Aranha, 2011).

Imagem 1.

Planta do novo edifício do Instituto Vacinogênico de São Paulo, mostrando os vários pavilhões – Fonte: Relatório da Secretaria de Negócios do Interior de 1893.

que a instituição rapidamente atingiu (Medeiros, 1918, p.20). No entanto, não temos informações sobre o modelo seguido por Arnaldo na elaboração de seu projeto para o Instituto Vacinogênico.

Também não temos como avaliar a escolha do bairro para a construção do prédio, até porque nestes anos também estava sendo construído, no entroncamento da estrada do Araçá com a estrada de Pinheiros, o Hospital de Isolamento, que sediou o Hospital dos Variolosos e o Laboratório Bacteriológico¹⁰ (RSNI 1893, p.LII, parte IV). O que sabemos é que o terreno da rua Pires da Mota ficava próximo ao Jardim da Aclimação, empreendimento de propriedade do médico Carlos Botelho que, como Arnaldo Vieira de Carvalho, fazia parte do corpo clínico da Santa Casa de Misericórdia. Este empreendimento acabou dando nome ao bairro¹¹. A referência ao Jardim da Aclimação aparece inclusive em uma das plantas do Instituto Vacinogênico (Imagem 2). Era uma região próxima da estrada para Santos, de urbanização recente que, como outros bairros novos da cidade, havia se desenvolvido com o loteamento das chácaras que circundavam a região central.

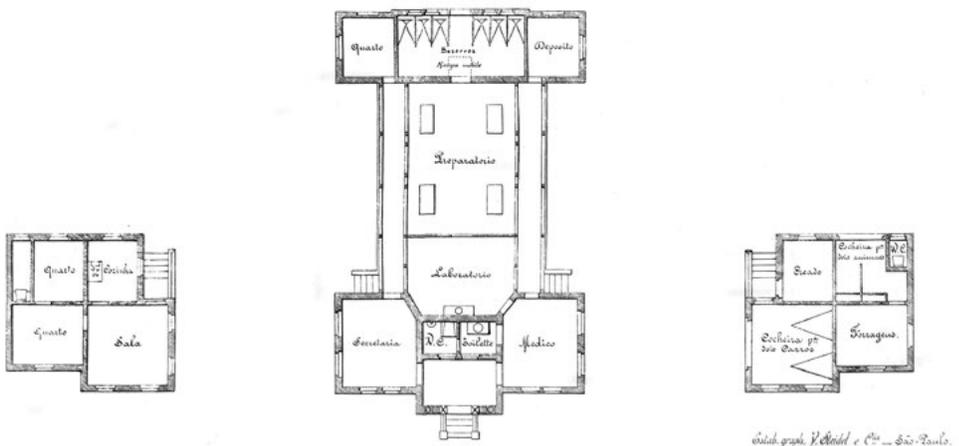


de tubos de vacina; as mesas para vacinação dos vitelos e colheita da polpa vacínica; o triturador, o centrifugador e o aparelho para enchimento dos tubos de vacina; e, nos fundos, quatro baias para os animais vacinados, com impermeabilização, ventilação, aberturas teladas, e em penumbra constante. Também neste pavilhão, havia um frigorígeno para preservação das vacinas. Medeiros chama a atenção para os cuidados com ventilação e higiene que cercavam as várias etapas de preparação das vacinas. Assim, a parte central do laboratório era envidraçada e com aberturas teladas para evitar a presença de moscas; e as vestimentas e os materiais usados nas operações de vacinação e colheita da polpa eram todos esterilizados.

Apresenta também os outros pavilhões. O do lado esquerdo na frente do terreno, onde havia cômodos para secretaria, vacinação, biblioteca, depósito de drogas e utensílios. O do lado direito, também na frente do terreno, com duas partes, uma para um funcionário e outra para guarda de utensílios. No fundo, à esquerda, uma construção com seis baias para os cuidados com os vitelos recém adquiridos e o depósito de forragem e palhas secas para camas dos vitelos. Por fim, no fundo, à direita, um

Imagem 3.

Ao centro da figura, planta do pavilhão central do novo edifício do Instituto Vacinogênico de São Paulo - Fonte: Relatório da Secretaria de Negócios do Interior de 1893.



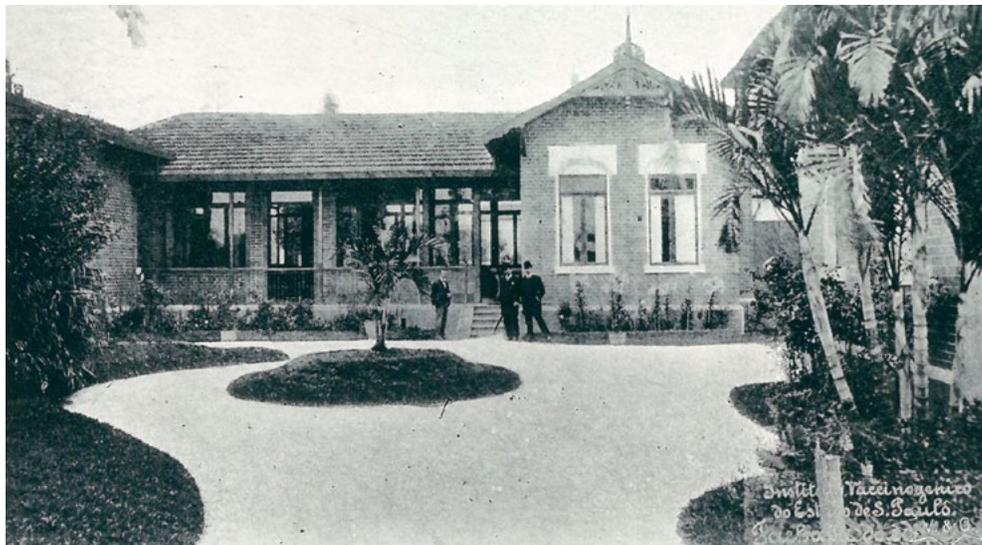


Foto 1.
Jardim e pavilhões do Instituto
Vacinogênico de São Paulo (1894) –
Acervo do Museu de Saúde Pública
Emilio Ribas.



Foto 2.
Dependências do Instituto
Vacinogênico de São Paulo (sem
data) – Acervo do Museu de Saúde
Pública Emilio Ribas.

espaço com mesa para raspagem dos vitelos que iam ser vacinados (Medeiros, 1918, p.20-21).

3.4 A atuação do Instituto da Rua Pires da Mota, de 1894 a 1917

Durante o período em que atuou como uma instituição autônoma do Serviço Sanitário, o Instituto Vacinogênico teve dois diretores. De 1892 a 1913, foi dirigido por Arnaldo Vieira de Carvalho, que saiu para assumir a direção da recém-criada Faculdade de Medicina e Cirurgia. Nos anos seguintes, foi dirigido por Alfredo Medeiros que, desde 1892, trabalhou como ajudante preparador. Os relatórios mostram também que o Instituto funcionava com uma pequena equipe. Além do diretor e do ajudante, contava com um escriturário, um veterinário e três serventes. Em anos de epidemia, com maior demanda de produção de vacinas, eram contratados temporariamente novos ajudantes.

Como vimos, o Instituto foi criado para produzir linfa antivariólica para a vacinação em todo o estado de São Paulo. Funcionou precariamente desde sua criação, em 1892 a 1894, quando passou a ocupar o prédio da rua Pires da Mota, especialmente construído para o efeito e que, segundo os registros, procurava acompanhar os padrões mais atualizados para uma instituição deste tipo. As novas instalações eram amplas, com espaços que contemplavam as várias etapas da produção de vacinas, assim descritas pelo diretor em 1893: escolha e cuidados com os animais que seriam vacinados; instalações higiênicas para a colheita e trituração da polpa, com adição de glicerina para purificação e conservação da linfa (RSNI, 1893). Medeiros, em 1918, além de registrar as condições de higiene que cercavam o processo de produção, trata de aperfeiçoamentos que haviam sido incorporados, como a tamisação e a centrifugação da linfa e o uso do frigorígeno de Audiffrent, com o qual as vacinas podiam ser conservadas por vários meses. Também cita melhorias que o diretor, Arnaldo Vieira de Carvalho, havia introduzido nas máquinas de envasamento da vacina e que haviam aumentado a capacidade de produção para cerca de 60 mil tubos de vacina por hora (Medeiros, 1918, p.22-27).

Os relatórios do Instituto Vacinogênico de São Paulo para o período 1894-1917, mostram bem como o laboratório da rua Pires da Mota foi ativo e se empenhou no fornecimento de vacinas para as campanhas de vacinação e revacinação que, desde 1891, eram obrigatórias no estado. Já nos primeiros anos, em seus discursos, as autoridades enalteciam os efeitos da política de vacinação e Vieira de Carvalho afirmava que as vacinas produzidas, além de cobrirem as demandas do estado, estavam sendo enviadas para outros estados (RIVSP, 1895). No entanto, se nesses anos diminuíram os casos de varíola em São Paulo, nos anos seguintes ocorreram novas epidemias, como as de 1902, 1908 e 1912.

Em 1908, o Instituto contratou mais funcionários para aumentar a produção e mesmo assim teve que importar vacinas para cobrir a demanda do estado. Neste ano, Vieira de Carvalho, em seu relatório, declarou que, em relação à varíola, a situação de São Paulo ainda era de um "equilíbrio instável", pois a doença grassava em



Foto 3.
Cartão do Instituto Vacinogênico de São Paulo (1908) para distribuição na exposição nacional de higiene, com o diretor Arnaldo Vieira de Carvalho na direção do automóvel – Acervo do Núcleo de Documentação do Instituto Butantan.

outros estados. O Instituto também recebeu uma medalha de ouro por sua atuação, na Exposição de Higiene do Rio de Janeiro.

Os seguintes dados ilustram a quantidade de doses produzidas pelo Instituto no período e a situação da varíola no Estado:

- 1894: distribuição de 26.381 tubos de vacinas;
- 1896: distribuição de 93.040 tubos de vacina, ano com poucos casos de varíola no estado;
- 1901: distribuição de 189.131 tubos de vacina, ano de epidemia de varíola no estado;
- 1907: distribuição de 90.500 tubos, o relatório fala de 4 casos de varíola em São Paulo;
- 1908: distribuição de 802.000 tubos, equivalentes a 1.600.000 doses de vacina, suficientes para imunizar metade da população do Estado, ano de forte epidemia;
- 1912: distribuição de 1.000.400 tubos, equivalentes a 3 milhões de doses, cobrindo toda a população de São Paulo, ano de forte epidemia no Estado;
- 1917: distribuição de 706.400 tubos.

Neste período, as autoridades e a diretoria enfatizavam a grande capacidade produtiva do Instituto e sua contribuição para a diminuição dos casos de varíola no estado e explicavam a permanência da doença em São Paulo pela situação crítica dos outros estados, em especial o Rio de Janeiro. Em 1907, por exemplo, o Secretário do Interior afirmava que, nos primeiros 15 anos de atuação do Instituto, havia sido grande o número de vacinações no Estado e que, naquele ano, São Paulo havia consumido mais vacinas do que todos os outros Estados brasileiros juntos (RSNI, 1907).

Alfredo Medeiros, em 1918, também avalia positivamente a atuação do Instituto e cita matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre os seus 25 anos, onde aparece a afirmação de que, com este departamento sanitário, o Estado de São Paulo havia poupado milhares de vidas e também milhares de contos de réis (Medeiros, 1918).

No entanto, em 1917, quando o Serviço Sanitário do estado foi reformado, o Vacinogênico perdeu sua

12.
Lei nº 1.596, de 29/12/1917 e
Decreto nº 3.876 de 11/7/1925.
Estas Reformas correspondiam a
novas orientações para o Serviço
Sanitário. Em 1917, com ênfase no
saneamento rural e, em 1925, com
maior valorização da educação
sanitária.

autonomia e foi anexado ao Instituto Bacteriológico. Mas continuou atuando no prédio da rua Pires da Mota. Por fim, em 1925, com a nova reforma do Serviço, e sua anexação e do Bacteriológico ao Instituto Soroterápico do Butantan, deixou o antigo prédio e passou a desenvolver as atividades de produção de vacinas no *campus* do Butantan¹². Os relatórios do Instituto Soroterápico do Butantan para os anos 1924 e 1925 registram a instalação das atividades de produção da vacina no novo espaço. Também consta do Relatório de 1925, um inventário dos móveis, objetos variados e livros que pertenciam ao Vacinogênico e que foram transferidos para o Butantan.

Nesse momento, o "prédio especialíssimo", que havia sido construído para sediar um moderno instituto para produção de vacinas antivariólicas, perdia a sua função.

Considerações finais

Consideramos que uma avaliação da atuação – dinâmica e ao mesmo tempo efêmera – do Instituto Vacinogênico de São Paulo deve levar em conta as profundas transformações que ocorreram na cidade e no Estado de São Paulo, no período do final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Como o crescimento exponencial de suas populações: em 1890, a capital tinha cerca de 65 mil habitantes e passou para 580 mil em 1920. Nesses anos, o Estado passou de 1.385.000 para 4.590.000 de habitantes. Também não podemos esquecer que, nesses anos, São Paulo deixou de ser apenas uma região de produção cafeeira e começou a despontar como polo industrial. Esse contexto de transformações aceleradas foi muito propício para a obsolescência rápida de instituições e construções urbanas.

As políticas de saúde pública também passaram por profundas transformações. No final dos anos 1910 e na década de 1920, estavam bem mais diversificadas e bastante distanciadas das campanhas contra epidemias do início do período republicano. Então, a produção de vacinas e as práticas de vacinação já tinham reconhecimento social bem estabelecido e continuaram tendo uma expansão notável. Pela reforma do Serviço Sanitário

de 1925, o Instituto Soroterápico do Butantan passou a centralizar a produção de imunoterápicos e foi a instituição que deu continuidade à produção e aos aperfeiçoamentos da vacina antivariólica. Como é destacado pelos textos que analisam esta atuação, o Butantan teve um papel fundamental na campanha que levou à erradicação da varíola no Brasil, em 1971, e a nível mundial, em 1979 (Soares & Solosando, 2005; Prado, 2005).

Agradecimentos

Aos funcionários e estagiários do Núcleo de Documentação do Instituto Butantan, pelo apoio à pesquisa; a Sergio

de Leone, pela indicação da foto de Arnaldo Vieira de Carvalho em frente ao Instituto Vacinogênico de São Paulo.

Referências

Relatórios da direção do Instituto Vacinogênico ao Serviço Sanitário de São Paulo/RIVSP (1892-1918).

Acervo do Núcleo de Documentação do Instituto Butantan
Relatórios do Instituto Butantan (1923-1925). Acervo do Núcleo de Documentação do Instituto Butantan.

Relatórios da Secretaria de Negócios do Interior do Estado de São Paulo/RSNI (1892-1918). Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo

MEDEIROS, A. **Considerações geraes sobre a Variola no Brazil e a consequente introdução da sua prophylaxia pela Vaccina Animal, especialmente em São Paulo.** São Paulo: Publicação do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo- Instituto Vacinogênico, 1918.

Arquivos de Higiene e Saúde Pública, Ano IV 1939 e Ano V, 1940 (Seção Retrospecto Histórico).

ANTUNES J.L.F.; NASCIMENTO, C.B.; NASSI, L.C.; PREGNOLATTO, N.P. **Instituto Adolfo Lutz. 100 Anos do Laboratório de Saúde Pública.** São Paulo: Instituto Adolfo Lutz & Editora Letras & Letras, 1992.

ARANHA, A.C.B.S. **Carlos Botelho. Nasceu no século XIX, viveu no XX e vislumbrou São Paulo do século XXI.** São Paulo: Editora do Autor, 2011.

CAMARGO, L.S. As "bexigas" e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo. **Histórica. Revista Eletrônica do Arquivo do Estado.** São Paulo, n. 28, 3 dez. 2007.

DANTES, M.A.M. Arnaldo Vieira de Carvalho e a produção de vacina antivariólica em São Paulo (1892-1912). In DANTES, M.A.M.; SILVA, M.R.B. (coords.). **Arnaldo Vieira de Carvalho.** Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012, p.24-60.

FERNANDES, T.M. Vacina Antivariólica. **Ciência, técnica e o poder dos homens 1808-1920.** Rio de Janeiro:FioCruz, 1999.

GUIMARÃES, A.P. **Arnaldo Vieira de Carvalho. Biografia e Crítica.** 2 volumes. São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1967.

MASCARENHAS, R.S. **Contribuição para o estudo da Administração Sanitária Estadual em São Paulo.** Tese para Concurso para Docência Livre. Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, 1949.

PRADO, J.A. Etapas da produção da vacina antivariólica no Instituto Butantan. **Cadernos de História da Ciência. Instituto Butantan.** v.1, n.1, janeiro-junho de 2005, p.27-33.

RIBEIRO, M.A.R. **História sem fim... Inventário da saúde pública, São Paulo – 1880-1930.** São Paulo: Unesp, 1993.

SOARES, M.A.; SOLOSANDO, A. Apontamentos acerca de luta contra a varíola. **Cadernos de História da Ciência. Instituto Butantan.** v.1, n.1, janeiro-junho de 2005, p.13-26

TEIXEIRA, L.A.; ALMEIDA, M. Os primórdios da vacina antivariológica em São Paulo: uma história pouco conhecida. **História, Ciências, Saúde.** Manguinhos. v.10 (suplemento), p.475-98, 2003.

TELAROLLI JR., R. **Poder e Saúde. As epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo.** São Paulo: Unesp, 1996.

Data de recebimento: 31/10/2017

Data de aprovação: 03/05/2018